

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
COMÉRCIO, INVESTIMENTO INTERNACIONAL E TEORIA DO VALOR NAS OBRAS DE R.M. MARINI E A. SHAIKH			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Patrick Galba de Paula	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando (Economia)
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Nesta comunicação se buscará empreender uma comparação crítica entre as formas nas quais foram realizadas as tentativas de concretização internacional da teoria marxiana do valor nas obras de Ruy Mauro Marini (principalmente na <i>Dialética da Dependência</i>) e de Anwar Shaikh (focando em seus trabalhos sobre comércio internacional de 1979-80), tendo como ponto de partida a discussão sobre o método exposta por Marx na “introdução” dos <i>Grundrisse</i>. O principal interesse da comparação é estabelecer que tipo de relação causal os dois autores estabelecem entre noções de “operação internacional da lei do valor”, “troca desigual”, “diferenças salariais” e “superexploração”, bem como as implicações e polêmicas decorrentes.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Economia Mundial; Mercado Mundial; Teoria do valor.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>In this communication we will seek to undertake a critical comparison between the ways in which attempts to make an international concretization of the Marxian theory of value in the works of Ruy Mauro Marini (mainly in <i>Dialética da dependência</i>) and Anwar Shaikh (focusing on his works on international trade of 1979-80), taking as starting point the discussion of the method exposed by Marx in the “introduction” of the <i>Grundrisse</i>. The main interest of the comparison is to establish what kind of causal relationship exists between the two authors’ notions of “international operation of the law of value”, “unequal exchange”, “wage differentials” and “super-exploitation” as well as the implications and controversy arising.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
World Economy; World Market; Labor Theory of Value.			
EIXO TEMÁTICO			
7. Mercado mundial, imperialismo e luta de classes.			

COMÉRCIO, INVESTIMENTO INTERNACIONAL E TEORIA DO VALOR NAS OBRAS DE RUY MAURO MARINI E ANWAR SHAIKH.

VERSÃO PRELIMINAR

Introdução

Nesta comunicação se buscará empreender uma comparação crítica entre as formas nas quais foram realizadas as tentativas de concretização internacional da teoria marxiana do valor nas obras de Ruy Mauro Marini (principalmente na Dialética da Dependência) e de Anwar Shaikh (focando em seus trabalhos sobre comércio internacional de 1979-80), tendo como ponto de partida a discussão sobre o método exposta por Marx na “introdução” dos Grundrisse (Marx, 2011, p. 54-61). O principal interesse da comparação é estabelecer que tipo de relação causal os dois autores estabelecem entre noções de “operação internacional da lei do valor”, “troca desigual”, “diferenças salariais” e “superexploração”, bem como as implicações e polêmicas decorrentes.

Observa-se que as principais tentativas de concretização internacional da teoria do valor dividem-se em dois grupos, cada um partindo uma hipótese fundamental distinta no que diz respeito à questão do processo de formação de um mercado mundial capitalista (MMC). Um primeiro grupo parte da hipótese de que este processo de formação do MMC não tenha se concretizado, em virtude de algum tipo de “bloqueio”, ou seja, a tendência de formação do MMC tenha sido negada por tendências contraditórias. Um segundo grupo considera que tal tendência seguiu operando de forma a dar origem à economia mundial contemporânea, que de forma desigual e contraditória, expressaria as características apontadas pela teoria.

Em estudo recente (De Paula, 2015), os principais argumentos do primeiro grupo foram submetidos a uma revisão crítica. No restante desta comunicação, o objetivo será analisar criticamente duas das principais interpretações¹ do segundo grupo: Aquelas presentes nos trabalhos de Ruy Mauro Marini e Anwar Shaikh.

¹ Existem outras obras de autores marxistas que consideram o processo de formação do mercado mundial capitalista. Entretanto, em geral elas ou abordam o tema com uma superficialidade mecanicista (Bukharin, 1986), ou se afastam em aspectos fundamentais da teoria do valor de Marx (Emmanuel, 1972; Amin, 2010). A coerência com o método e com as categorias da teoria social marxista é o principal critério para considerar os trabalhos de Shaikh e Marini como as duas principais tentativas de concretização da teoria do valor que consideram o processo de formação de um mercado mundial especificamente capitalista.

Ruy Mauro Marini: Troca desigual e superexploração mediante violação da lei do valor

Marini realizou em seus escritos sobre o tema uma das análises mais sofisticadas sobre o subdesenvolvimento e também uma das mais coerentes com o método de Marx. Já nas primeiras páginas da *Dialética da dependência* (1973) Marini aponta alguns aspectos metodológicos, revelando uma compreensão bastante sofisticada do marxismo, inclusive da “introdução” de 1857, abordando os aspectos metodológicos da obra de Marx ali expostos. Marini recorre a estes aspectos buscando diferenciar uma “ortodoxia marxista”, à qual busca se filiar, de um dogmatismo, que busca combater. O último parece ser caracterizado como uma espécie de mecanicismo, ou seja, tentativas de reproduzir, ou de apontar forçosamente uma identidade na reprodução do processo social europeu analisado por Marx ao analisar-se a América latina. Já a ortodoxia, em sua visão, consistiria na realização de novas e criativas análises e do desenvolvimento da teoria social marxiana, desde que se atendo a um rigor conceitual, categorial e metodológico, nos marcos de tal teoria. Seu principal objetivo é estabelecer as características específicas através quais as leis de movimento do capital se manifestam nas condições postas pelo processo de integração da América Latina ao mercado mundial.

Marini caracteriza o capitalismo latino-americano como um capitalismo *sui generis*, e aponta que em determinado momento de seu desenvolvimento ocorreria uma espécie de inversão de tendência, mediante a integração ao mercado mundial (comércio com os países industriais e posteriormente importação de capitais), que significará algo como o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, ou nas palavras de Marini, a conversão da “insuficiência” em “distorção” (Marini, 1973, p. 138). Esta inversão de tendência tem sua causa, conforme vista por Marini, numa violação da lei do valor, que determinará em termos fundamentais sua explicação para o processo de subdesenvolvimento. Entretanto, é uma violação contraditória, nos marcos da operação da própria lei (de um determinado ponto de vista), segundo o próprio autor (Marini, 1973, p. 151). É neste sentido que podemos afirmar que a explicação de Marini para o desenvolvimento decorre de uma concretização internacional da teoria do valor de Marx, realizada pelo autor.

Na concretização internacional da teoria do valor realizada por Marini considera-se, em primeiro lugar, que o capital chega à América Latina vindo de fora, através do comércio de mercadorias. Marini ressalta que os fluxos de mercadorias (e posteriormente de capitais) se desenvolvem na AL em uma relação direta com as metrópoles européias, e com os países latino-americanos se ignorando uns aos outros, e fornecendo matérias-primas e alimentos para a indústria européia. E é deste tipo de relação que surge o capitalismo latino-americano, ou seja, o capitalismo

subdesenvolvido (ainda que se trate de apenas um, ou alguns, de seus casos) (Marini, 1973, p. 140-4).

O tratamento teórico que Marini faz deste primeiro momento de integração latino-americana à economia internacional e de surgimento do capitalismo na região é interessante e não parece ter sido objeto da devida atenção. Marini considera que nesta primeira fase, o comércio de mercadorias tende a estabelecer preços que girariam *em torno aos valores* das mercadorias (Marini, 1973a, p. 185). Isto, ao nosso ver, poderia ser considerado como uma adaptação feita por Marini da chamada “sociedade mercantil simples”, como nível de abstração, aplicado ao comércio internacional. Entretanto, esta “sociedade mercantil simples internacional”, na explicação dada por Marini, precisa ter tido uma existência concreta, ou seja, não é apenas um nível de abstração da reconstrução do real no pensamento.

Neste momento a América Latina chega a beneficiar-se do comércio internacional. Marini cita alguns dados que mostrariam que nesta etapa onde predomina o comércio de mercadorias, a América Latina obtém uma situação mais favorável do que na etapa subsequente (Marini, 1973, p. 140-144).

É a partir deste primeiro momento que as economias industriais teriam a necessidade de recorrer aos aumentos de produtividade. Este aumento, além de uma tendência geral, seria especificamente engendrado pela possibilidade de recorrer às matérias primas e alimentos fornecidos pelas regiões subdesenvolvidas, que possibilitam uma especialização na indústria, e logo, uma ampliação e sofisticação sem precedentes das atividades manufatureiras nos países industriais². Além disso, permitiria alterar uma situação na qual o “grau de participação no valor global realizado na circulação internacional é maior para as economias de composição orgânica mais baixa”, que correspondem aos países dependentes ou subdesenvolvidos.

Os aumentos de produtividade no centro industrial corresponderão então e aumentos de demanda por matérias primas e por alimentos, a serem fornecidos pelos países subdesenvolvidos. Aqui então, Marini retoma de Marx³ uma de suas principais contribuições para a compreensão do

² Marini se apóia numa famosa passagem de Marx na qual ele faz referência à possibilidade colocada pelo comércio internacional, que permitiria liberar braços para a indústria (*Free Heads*, ou *Free Hands*, no termo cunhado por James Steuart):

Uma produtividade agrícola que supere as necessidades individuais do operário constitui a base de toda sociedade e, sobretudo, a base da produção capitalista, que separa uma parte cada vez maior da sociedade da produção de meios de subsistência e a converte, como disse Steuart, em *free hands*, em homens disponíveis para a exploração em outras tarefas (Marx, 1983, III-2, p. 247).

³ Ver Marx (1983, I-2, pp. 63-64; 1983, I-2, pp. 178-181; 1983, III-2, pp. 162-163; etc). Destacamos, em especial, a seguinte passagem:

subdesenvolvimento: A percepção de que a expansão da produção destas mercadorias se dará de forma predominantemente quantitativa, ou seja, não terá como característica central o aumento de produtividade (Marini, 1973, p. 142-4; 1973a, p. 186).

Este processo duplo, de aumentos de produtividade no centro industrial e de expansão quantitativa na periferia subdesenvolvida, dará então origem à troca desigual, ou seja, a um processo sustentado de transferência de valor no sentido ‘periferia → centro’.

A questão da qual parte Marini para tratar da troca desigual é o reconhecimento de um processo de deterioração dos termos de troca das mercadorias primárias produzidas nas regiões periféricas. Marini afirma as principais explicações anteriormente apresentadas para o fenômeno não poderiam ser válidas⁴, podendo apenas decorrer do processo de transferência de valor.

O curioso aqui é que, na visão de Marini, estas transferências de valor operam exatamente da mesma forma que as transferências de valor da teoria dos preços de produção de Marx. Na verdade Marini cita tanto as transferências em função de lucros de origem monopolista quanto aquelas “baseadas na produtividade”⁵. A combinação de ambas daria origem ao processo de dependência, ou de subdesenvolvimento, que geraria uma cadeia de eventos causalmente relacionados que explicaria os principais aspectos atualmente observados nas economias destas regiões.

Deste modo, fica claro que neste segundo momento da economia mundial, há uma mudança qualitativa nas relações. Marini descreve esta mudança da seguinte forma:

É evidente que, independente das demais causas que atuam no mesmo sentido e que tem a ver com a passagem do capitalismo industrial à etapa imperialista, a situação descrita

Se, como diz Johnston, ‘estamos habituados a associar esses Estados novos, dos quais chegam anualmente carregamentos tão grandes de trigo, a concepção de grande fertilidade natural e de territórios ilimitados de terras ricas’, isso depende, em primeira instância, de condições econômicas. A população toda de tal região, como por exemplo, Michigan, está de início ocupada quase exclusivamente com a agricultura, sobretudo com a de produtos de massa, os únicos que pode trocar por mercadorias industriais e produtos tropicais. Todo o seu produto excedente aparece, por isso, na forma de grãos. Isso distingue, de antemão, os Estados coloniais criados com base no moderno mercado mundial em face dos antigos, especialmente os da época antiga. Recebem já prontos, através do mercado mundial, produtos que, sob outras circunstâncias, eles próprios teriam de produzir: vestuário, ferramentas, etc. Só com base nisso é que os Estados do Sul da União puderam fazer do algodão seu produto principal. A divisão do trabalho. A divisão do trabalho no mercado mundial permite-lhes isso. Se ao se levar em consideração sua juventude e a densidade relativamente baixa de sua população, parecem produzir um produto excedente muito grande, isso não se deve à fertilidade do solo, nem à fertilidade do trabalho, mas à forma unilateral do seu trabalho, e, portanto, do produto excedente em que este se objetiva (MARX, 1983, III-2, pp. 162-163).

⁴ Marini afirma que: a) Estas não poderiam decorrer dos aumentos de produtividade nos países periféricos, pois ali é onde a produtividade menos aumenta; b) Não poderiam ser também mero efeito da oferta e procura, pois então o que explicaria que a oferta continua aumentando mesmo com a redução nos preços de produtos primários? c) Não poderiam também ser efeito apenas de pressões militares, diplomáticas (políticas em suma), pois restringindo a isto a explicação se chegaria à conclusão que tais aspectos políticos, que realmente existem, operam sem qualquer base econômica (ou seja, no processo de produção – circulação do valor) – o que levaria a visão de tipo kautskista sobre mercado mundial, na qual a superação política de tais relações permitiria a superação da condição subdesenvolvida mantendo-se as relações de comércio baseadas no valor, ou seja, a uma mistificação (Marini, 1973, p. 149).

⁵ Sobre isto, ver Carcanholo (2013, p. 80-93).

contribui para motivar as exportações de capital para as economias dependentes, uma vez que os lucros são ali consideráveis (Marini, 1973a, p. 186-7).

Mais adiante, Marini deixa claro que, em sua visão, nas condições postas pelo processo de exportação de capitais forma-se o mercado mundial capitalista e passa a operar a tendência de nivelamento internacional das taxas de lucros entre os setores:

A transferência de lucros e, conseqüentemente, de mais-valia para os países industriais aponta no sentido de formação de uma taxa média de lucro em nível internacional, liberando, portanto, o intercâmbio de sua dependência estrita em relação ao valor das mercadorias; em outros termos, a importância, que, na etapa anterior, tinha o valor como regulador das transações internacionais cede progressivamente lugar à primazia do preço de produção (o custo de produção mais o lucro médio, que, como vimos, é inferior à mais-valia no caso dos países dependentes). Somente então se pode afirmar que (apesar de seguir estorvada por fatores de ordem extra-econômica, como por exemplo, os monopólios coloniais), a economia internacional alcança sua plena maturidade e faz jogar em escala crescente os mecanismos próprios da acumulação de capital (Marini, 1973a, p. 187).

Aqui há um ponto importante para compreender o significado da passagem ao segundo momento da economia mundial, ou seja, o da formação de um mercado mundial capitalista. Para Marini, trata-se da passagem de uma economia mundial regulada pelo *valor* para uma economia mundial regulada pelos *preços de produção* (em escala internacional). Este processo vai implicar numa tendência progressiva de transferência de valor da periferia para o centro, na medida em que as taxas médias de lucro inter-setoriais vão se nivelando mediante a exportação de capitais (ou seja, o investimento externo dos países industriais nos países dependentes). Esta visão é sem dúvida a maior contribuição de Marini ao desenvolvimento de uma concretização internacional para a teoria do valor de Marx.

Entretanto, embora se trate sem dúvida de uma contribuição fundamental, ela também parece conter alguns aspectos equivocados que dificultam uma devida apreciação do processo. Estes aspectos, como veremos adiante, parecem decorrer da visão de que o ponto de partida da economia internacional seria um tipo de sociedade mercantil simples, com preços regulados diretamente pelos valores, e a visão de que a transição desta para uma economia capitalista mundial fundada nos preços de produção resultaria numa violação, numa “burla” da lei do valor.

De qualquer forma, fica claro que a transferência de valor terá um papel fundamental na constituição da dependência, ou do subdesenvolvimento. Será para compensar a perda de mais-valia gerada por estas transferências que o capital dos países periféricos precisará recorrer aos aumentos de intensidade, de jornada ou à remuneração da força de trabalho abaixo dos níveis de subsistência, mecanismos descritos por Marini como formas fundamentais de manifestação da

*superexploração*⁶ da força de trabalho existente nestas regiões (Marini, 1973, p. 154-157). A *superexploração* derivaria assim da impossibilidade das economias subdesenvolvidas efetuarem um trânsito à predominância da *mais-valia relativa*⁷ (como no caso dos países industriais), possibilitada pelos aumentos de produtividade, dada a predominância da expansão quantitativa da produção fundada no aumento da exploração⁸.

Assim, Marini busca demonstrar que as causalidades por ele apontadas exigem, em certa medida, a evolução da produção na América Latina para um tipo de produção capitalista. Aponta as limitações do trabalho escravo para se adequar ao tipo de produção calcada na expansão quantitativa, e mesmo do trabalho servil. Em suma, reforça a visão de que a questão analisada, ou seja, das características do funcionamento do capital nas condições subdesenvolvidas, são suficientes para descrever o processo de subdesenvolvimento, de modo que as relações pré-capitalistas, independente de seu papel específico, não são absolutamente necessárias para explicá-lo (Marini, 1973, p. 158-161).

A *superexploração*, por sua vez, dará origem a um tipo específico de circulação do capital na economia dependente, caracterizado pelo fato de que para realizar-se, o capital local não depende do consumo dos trabalhadores (em grande medida), não sendo a demanda gerada pelos trabalhadores um elemento fundamental para o funcionamento da economia (Marini, 1973, p. 162-5), gerando problemas de realização específicos. Este aspecto será aprofundado com a industrialização latino-americana, para Marini uma expressão da necessidade de remanejamento de setores obsoletos da produção industrial dos países centrais, bem como pela importação de tecnologia, que gerará mais endividamento e mais transferências de valor (Marini, 1973, 165-180).

⁶ A noção de *super-exploração* em geral é objeto de muita controvérsia, e principalmente de confusões com a noção de *exploração* da força de trabalho em geral, conforme discutida por Marx em *O Capital*. Para evitar confusões, o termo é empregado aqui significando uma categoria específica dos países dependentes ou subdesenvolvidos, cuja existência, manifesta nos três mecanismos descritos por Marini (ou em outros), decorre da necessidade de compensação pelas perdas progressivas de *mais-valor* decorrentes do processo de nivelamento das taxas de lucro internacionais. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver Carcanholo (2013). A questão da fundamentação teórica da *super-exploração* será retomada adiante.

⁷ *Mais-valia relativa* é o mecanismo de aumento do *mais-valor* gerado pelo trabalho mediante uma alteração da repartição do produto, ou seja, da razão entre trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho – que em termos de valor equivale ao capital variável- e do trabalho excedente- que equivale ao *mais-valor* que será apropriado pelos capitalistas como lucro. Uma forma “clássica” da *mais-valia relativa* é aquela obtida mediante aumentos de produtividade. Entretanto, como ressalta Marini, para que um aumento de produtividade resulte na realização de *mais-valia relativa* é necessário que ele impacte na produção de mercadorias de consumo operário, ou mercadorias-salário, de modo que torne a força de trabalho relativamente mais barata.

⁸ São necessárias aqui algumas observações. Em primeiro lugar, a *mais-valia relativa* é, ela própria, uma forma possível de aumento da exploração. Além disso, a predominância da *super-exploração* não depende da inexistência ou da impossibilidade da *mais-valia relativa* (como, injustamente, afirma certa crítica da obra de Marini). A questão aqui é que o tipo de expansão quantitativa da produção não permite que o aumento da exploração seja centrado na produtividade, levando a uma centralidade da *mais-valia relativa*.

Anwar Shaikh: Preponderância do comércio de mercadorias na explicação do subdesenvolvimento

Os principais trabalhos de Anwar Shaikh sobre a questão da concretização internacional da teoria do valor são seus artigos de 1979 e 1980 (Shaikh, 1979; 1980; 1980a). Neles, Shaikh busca partir de uma crítica das teorias da economia clássica (Ricardo⁹) e neoclássica (Heckscher-Ohlin-Samuelson¹⁰) do comércio internacional e com a perspectiva colocada pelos trabalhos de Emmanuel (1972), para, contrastando-as com as teorias do valor, dos preços de produção e da moeda de Marx, apontar as principais características de uma teoria marxista das trocas internacionais. Como Shaikh limita seu objeto às “leis de troca” internacionais (*laws of international exchange*), isto ao mesmo tempo limita também suas condições de analisar o processo de subdesenvolvimento, embora também possa “absolvê-lo”, ao menos parcialmente, de algumas destas limitações.

Shaikh também percebe dois momentos no funcionamento da economia mundial. Mas seu primeiro momento lógico-histórico, onde primam as trocas de mercadorias, é bem diferente do apontado por Marini. Para Shaikh o processo de constituição da economia mundial é uma integração de economias capitalistas, que funcionariam em base a *teoria dos preços de produção*¹¹, e não pelos valores (que Shaikh chama de *direct prices*). Ou seja, o fato de que a integração se dá entre distintas economias capitalistas é um pressuposto de sua análise. Este procedimento, apesar de suas limitações do ponto de vista da descrição do processo histórico, é importante porque permite a Shaikh escapar da necessidade de construir quaisquer hipóteses sobre a forma como surge o capitalismo nos países dependentes ou subdesenvolvidos, concentrando-se nos efeitos das trocas entre estes e os países industriais a partir do momento que passam a ocorrer. Shaikh também busca reconstruir o processo nos níveis de abstração da “sociedade mercantil simples” (preços refletindo valores) e dos preços de produção (preços refletindo preços de produção), mas estas aparecem apenas como níveis de abstração, e, além disso, do ponto de vista de cada uma das economias nacionais (não implicam, portanto, em distintas etapas da economia internacional).

Como as economias, tanto industriais quanto subdesenvolvidas¹², operam como economias capitalistas, isto significa que internamente em cada uma delas são as taxas de lucro setoriais que

⁹ Ricardo (1996), capítulo 7.

¹⁰ Heckscher (1950); Ohlin (1933); Samuelson (1949; 1954); Stolper & Samuelson (1942).

¹¹ A afirmativa aqui tem o significado de que as distintas economias nacionais são economias capitalistas desde o início da análise, ou seja, não existe um momento no qual o centro de gravitação dos preços em cada economia nacional sejam os valores, como supõe Marini para as economias dependentes. É importante frisar aqui que Shaikh trabalha com uma formulação específica da teoria dos preços de produção, diferente da proposta por Marx (ver Shaikh, 1977). Por diversos motivos, entre eles a própria opinião do autor (Shaikh, 1980, p. 28-29), entende-se que estas diferenças não são relevantes para os objetivos deste trabalho.

¹² Shaikh usa os termos: países capitalistas desenvolvidos e países capitalistas subdesenvolvidos.

determinam os movimentos de capitais¹³. Com o comércio internacional, Shaikh aponta que as vantagens absolutas de cada país do ponto de vista da produtividade do trabalho determinarão o resultado das trocas. O país mais desenvolvido exportará a maior parte das mercadorias deslocando a produção nos países subdesenvolvidos (embora não toda, pois sempre sobraria uma parcela de consumidores “nacionalistas”, ou seja, consumidores que por qualquer razão só compram produtos nacionais, independente do preço). Assim, a consequência primeira do comércio internacional é o surgimento de déficits comerciais crescentes nos países de menor produtividade do trabalho. Isto levará a um fluxo de moeda¹⁴ para o país mais desenvolvido.

Até aqui não haveria diferença fundamental com as teorias de comércio exterior da economia, seja em Ricardo ou nos neoclássicos. Entretanto, a consequência do fluxo de moeda, ao contrário do apontado pelas teorias da economia (seja o mecanismo humeano utilizado por Ricardo ou as equalizações de fatores neoclássicas), a consequência deste fluxo será um excesso de moeda no país desenvolvido, que se acumulará nos bancos, levando a uma redução nas taxas de juros. O contrário ocorrerá no país subdesenvolvido, com escassez de moeda e aumento das taxas de juros¹⁵. Esta situação se desenvolverá até o ponto em que se tornará uma grande vantagem para os capitalistas dos países desenvolvidos investir seu capital-dinheiro nos países subdesenvolvidos, ou seja, o desenrolar do fluxo contínuo gerado pelo superávit comercial levará a um fluxo no sentido inverso de capital-dinheiro (*short-term financial capital*) dos países mais desenvolvidos para os países menos desenvolvidos. Este processo não vê perspectiva de equilíbrio, pois a situação vai cada vez mais piorando para o país subdesenvolvido. Nestas condições, portanto:

When this result is expressed in terms of its real content, we can say: free trade will ensure that the underdeveloped capitalist regions will either have to confine their import needs to the low levels supportable by their exports, or else they will be chronically in deficit and perpetually in debt. It is absolute advantage, not comparative, which rules trade (Shaikh, 1979, p. 301).

Não influenciaria neste resultado a questão dos salários, uma vez que na visão de Shaikh estes influenciariam nos lucros, mas não nos preços¹⁶. Desta forma, os capitais dos países

¹³ Shaikh fala em capitais “reguladores” que seriam aqueles que, em cada setor, operam em melhores condições tecnológicas (e de maior eficiência). Estes capitais seriam reguladores do investimento porque a análise dos capitalistas sobre feita para balizar os investimentos levaria em consideração as empresas mais eficientes, aquelas que adotam as melhores técnicas, etc.

¹⁴ Shaikh adota, como simplificação, uma suposição de existência de um padrão-ouro. Mas o raciocínio, apesar de possíveis mudanças pontuais, segue globalmente válido com qualquer que seja a moeda internacional.

¹⁵ É neste ponto que a abordagem de Shaikh supera as de Ricardo e da economia neoclássica, pois aqui entrariam naquelas teorias os mecanismos que permitiriam a afirmação de uma vantagem relativa. A questão da influência dos fluxos de moeda sobre as taxas de juros já havia sido notada, ao menos em certas situações, por Keynes no capítulo 13 da teoria geral (Keynes, 1996). Como o próprio Shaikh demonstra, Marx já havia apontado esta possibilidade em seus escritos da década de 1850 e no *Capital* (Marx, 1983, III-2, p. 76).

¹⁶ Note-se, como pode-se inferir do capítulo XI do livro III de *O Capital* (Marx, 1983, III-1, p. 153-156), que Marx provavelmente não compartilharia desta opinião, já que busca demonstrar que diferenciais salariais impactariam tanto nos preços de produção, quanto nas taxas de lucro. A consideração deste aspecto poderia relativizar um pouco algumas

subdesenvolvidos precisariam especializar-se na produção de mercadorias nas quais tivessem vantagens “naturais” (clima, disponibilidade de recursos naturais, etc), uma vez que não poderiam concorrer nas outras.

Então é possível perceber um segundo momento da economia mundial, que é aquele posto pela tendência de ampliação do investimento externo (exportações de capitais, tanto “financeiros” quanto “produtivos”), esta decorrente da ampliação do comércio de mercadorias. Aqui está uma grande contribuição de Shaikh, que é esta formulação sobre as trocas internacionais que permite estabelecer uma relação causal entre o comércio de mercadorias entre países industriais e países subdesenvolvidos, e o processo de exportações de capitais.

Entretanto, neste ponto, já é possível perceber ao mesmo tempo uma limitação desta formulação. Shaikh, ao criticar corretamente os autores marxistas que apontam como única causa do subdesenvolvimento o investimento externo (ou a exportação de capitais), assim aceitando explícita ou implicitamente a teoria das vantagens comparativas no comércio internacional, vai ao outro extremo ao afirmar que:

Since the central argument of this paper is to overthrow this law¹⁷, and subsequently to locate many of the phenomena of uneven development on a world scale - previously attributed to the export of capital - in the working of commodity trade alone, it will become imperative at that point to extend the analysis to incorporate the effects of direct investment (Shaikh, 1979, p. 41).

Assim, sua consideração do investimento externo tem como objetivo buscar demonstrar que ele não joga um papel fundamental no processo de subdesenvolvimento, uma vez que este estaria já determinado de antemão pelo comércio de mercadorias e seus efeitos do ponto de vista do endividamento, necessidade de financiamento externo, etc.

Ao analisar o investimento internacional, Shaikh também parte de uma crítica à teoria “ortodoxa”: Esta trata o assunto separadamente do comércio internacional¹⁸, e afirma que o investimento estrangeiro redistribui as poupanças mundiais, dos países ricos para os pobres, e tende a eliminar a desigualdade internacional por significar uma desaceleração do crescimento dos países ricos em nome de uma aceleração do crescimento dos países pobres. Os efeitos das relações econômicas

das conclusões de Shaikh quanto ao comércio de mercadorias, fortalecendo outras (como no que diz respeito às vantagens absolutas dos países subdesenvolvidos na produção de mercadorias de baixa composição-valor, ou para as quais tenham vantagens naturais).

¹⁷ Shaikh refere-se à lei das vantagens comparativas, presente tanto na teoria de Ricardo quanto nos modelos neoclássicos.

¹⁸ Shaikh explica que isto ocorre porque o teorema de equalização fator-preço, derivado do modelo Heckscher-Olin-Samuelson, elimina qualquer necessidade de fluxos internacionais de capitais. De acordo com este teorema, o comércio de mercadorias em si já iguala ou equaliza os salários e as taxas de lucros em todos os países, de modo que não haveria qualquer vantagem para o investimento estrangeiro (Shaikh, 1980a, p. 227).

internacionais para os países pobres seriam então duplamente positivos: Pelo comércio seriam beneficiados pelas mercadorias baratas e pelos investimentos os capitais desenvolveriam a produção no país subdesenvolvido de uma forma que ele jamais poderia fazer com recursos próprios.

Na visão proposta por Shaikh, os efeitos seriam bem diferentes. Primeiro, na primeira fase da economia mundial enquanto ainda predomina o comércio de mercadorias, nos setores comuns nos dois países, os capitais do país industrializado deslocam os capitais do país subdesenvolvido. No país subdesenvolvido, a tendência é que os capitais sobreviventes se concentrem nos setores nos quais tem uma vantagem “natural” (clima, disponibilidade de recursos naturais, etc) tão grande que compense a sua produtividade e “eficiência” geral do trabalho menor. Shaikh nota que a vantagem do país desenvolvido não está apenas na tecnologia, mas também numa força de trabalho mais condicionada à produção capitalista (mais adaptada às relações capitalistas, mais treinada na técnica e no uso de máquinas, etc)¹⁹.

Neste primeiro momento, com o crescimento do comércio, Shaikh não exclui a possibilidade de que os capitais do país subdesenvolvido venham a adotar as tecnologias avançadas do país desenvolvido, mas cita os seguintes fatores contrários: custo vastamente maior e escala das técnicas avançadas; a complexa interdependência entre as distintas técnicas para tornar qualquer uma delas viável; A maior socialização da força de trabalho requerida. Conclui que, em geral, tendência à modernização “de dentro” (“*from inside*”) é geralmente sobreposta pela tendência à modernização “*from the outside*” – investimento direto. Os mesmos fatores que operam contra a *modernization from inside* operam a favor do investimento externo – Mas para Shaikh o principal deles são os baixos salários dos países subdesenvolvidos.

Num segundo momento, em decorrência dos déficits ou endividamento observados na economia subdesenvolvida e por outro lado dos superávits e acumulação de capital-dinheiro disponível nos países desenvolvidos passam a ter relevância maior os investimentos produtivos diretos (*vis-à-vis* os investimentos financeiros ou especulativos). Shaikh ressalta que no comércio de mercadorias os salários não eram tão relevantes, pois ali, nos casos dos valores (*direct prices*), os preços são determinados apenas pelo valor das mercadorias, já nos casos dos preços de produção, o nível

¹⁹ Shaikh busca diferenciar as noções de produtividade e o que chamamos aqui de “eficiência” (*direct productivity*). A primeira decorreria da utilização de máquinas e de tecnologia, e se expressaria na composição do capital. A segunda decorreria da “maior condicionamento da força de trabalho à produção capitalista, familiaridade com as máquinas, etc”, abrindo espaço para outros fatores (Shaikh, 1980a, p. 228). A introdução do aspecto da eficiência no debate tem uma grande importância. Ela permite, por exemplo, visualizar uma nova componente das transferências de valor, que não poderia ser percebida caso tal categoria não fosse utilizada. Entretanto, sua introdução não fornece elementos para a caracterização de uma tendência de subdesenvolvimento na periferia. Não parece possível depreender da teoria do valor qualquer tendência no sentido de que a adequação dos trabalhadores da periferia à produção capitalista (níveis educacionais, economia de trabalho mediante introdução de inovações organizativas, adaptação à utilização de tecnologias, legislações laborais favoráveis ao capital, etc), afaste-se daquela existente nos países industrializados.

salarial afetaria a taxa média de lucros e poderia afetar a medida em que os preços de produção de cada capital individual desviam dos valores, afirma, entretanto que o *average*, a média, estaria ainda conectada ao valor (dadas as “igualdades macroeconômicas” entre valores e preços de produção em escala nacional). Assim, “até ali o aspecto fundamental são as diferenças de produtividade, ainda que as diferenças salariais sejam sintomáticas do desenvolvimento desigual” (Shaikh, 1980a, p. 228).

Mas no caso do investimento direto, as diferenças salariais se tornariam fundamentais. Shaikh argumenta que, do ponto de vista dos capitais do país desenvolvido, o custo de produção de uma planta industrial (abstraido o transporte) será o mesmo para enviá-la para qualquer lugar, e que a decisão sobre em qual país construir vai depender dos custos da força de trabalho, em seus dois aspectos: a) diferenças na eficiência (*direct productivity*), e b) no nível salarial (*wage rates*) – ou seja, da combinação dos dois fatores. Afirma que é possível que ainda com uma eficiência muito menor (metade, ou menos), o nível salarial do país subdesenvolvido pode ser tão menor que compense em muito a primeira variável. Assim, se tornaria interessante para o capital do país desenvolvido não apenas investir no país subdesenvolvido para produzir para seu mercado, mas também para exportar de volta os produtos e concorrer em melhores condições em seus próprios mercados domésticos. Neste ponto, Shaikh enfatiza que outros fatores, como disponibilidade de matérias-primas, clima, localização (se considerado o transporte), etc. Mas apenas o *cheap labour* aplicar-se-ia a todos os setores.

Shaikh afirma que as indústrias de exportação do país subdesenvolvido aparecem como os alvos prioritários do investimento externo, mas os setores que produzem apenas para o consumo interno também podem ser interessantes, desde que uma vez aplicada a tecnologia existente combinada com os baixos salários seja possível para os capitais do país industrial produzir lucros maiores do que eles fariam em seu país. Esta regra se aplicaria a todos os setores: Onde for possível, vendendo com os mesmos preços ou mesmo abaixo dos preços existentes, obter uma taxa de lucro maior no país subdesenvolvido do que no país desenvolvido, os capitais virão via investimento direto. Aqui Shaikh desenvolve uma “lei” que, ao nosso ver, basicamente significa o reconhecimento do processo de formação do mercado mundial capitalista fundado nos preços de produção: Nos setores onde houver investimento externo (ou seja, aqueles onde o capital do país industrial possa desfrutar de maiores lucros a preços dados do que teria em seu país de origem), a competição por esses “lucros extraordinários” (*excess profits*) levará a um aumento da oferta das mercadorias em questão, resultando em uma queda de preços e, em seguida, dos lucros. Independente da especificidade deste

processo, no final ele terminará baixando os preços no sentido de que a taxa de lucros do setor se aproxime daquelas que tais capitais obteriam no país desenvolvido.

Embora na forma apresentada por Shaikh esta lei tendencial de determinação das taxas de lucro pelas exportações de capitais nos pareça imprecisa (conforme será discutido adiante), ela é sem dúvida uma de suas maiores contribuições para a concretização internacional da teoria do valor, ainda que o próprio autor não lhe tenha conferido maior importância.

Transferências de valor em Shaikh

Ao contrário de Marini, que limita a questão da transferência de valor aos aspectos já assinalados por Marx, Shaikh dedica toda uma atenção especial a este aspecto. Como em sua visão a determinação fundamental do processo de subdesenvolvimento estaria já no comércio de mercadorias, Shaikh tem o objetivo de demonstrar em sua análise que as transferências de valor postas pela exportação de capitais não jogariam um papel fundamental, sendo em alguns casos uma expressão ampliada das tendências já postas pelo comércio de mercadorias, e em outros possivelmente irrelevantes.

Shaikh inicia com o tipo principal de transferência, que é a aquela que ocorre entre setores que produzem mercadorias de baixa composição-valor e de alta composição-valor²⁰, ou seja, o tipo expresso por Marx em sua teoria dos preços de produção. Ou seja, trata-se de transferências de valor inter-setoriais, originadas dos setores de baixa para os setores de alta composição-valor, decorrentes de expansões da oferta determinadas pelo processo de equalização das taxas médias de lucro inter-setoriais. Shaikh chama atenção aqui para o fato de que também existiriam transferências de valor intra-setoriais decorrentes da utilização de distintas técnicas de produção, possivelmente derivadas de diferentes composições-valor (que podem coexistir em qualquer momento dado, ainda que a tendência seja a do deslocamento dos capitalistas de menor produtividade).

Em segundo lugar, Shaikh considera então as diferenças salariais, assumindo, para efeito de “isolamento”, os níveis salariais anteriores aos investimentos e as taxas de mais-valia²¹ inalteradas

²⁰ Composição-valor é a razão entre capital constante (“c”, aquele que não gera valor novo, ou seja, aquele que é gasto em máquinas, equipamentos, ferramentas, prédios, matérias-primas, etc) e capital variável (“v”, aquele que é gasto em salários). Um capital de alta composição-valor é aquele que tem um peso relativa de gastos com força de trabalho mais baixo.

²¹ Taxa de mais-valia é a razão entre o mais-valor gerado (“mv”) e o capital variável. É uma medida do grau de exploração da força de trabalho.

pelos mesmos. Como as variações salariais não alteram os valores criados pela força de trabalho, mas apenas a proporção entre trabalho necessário e trabalho excedente, Shaikh conclui que tais diferenças não poderiam produzir transferências de valor intra-setorial. Já do ponto de vista inter-setorial haveria o efeito de aumentar o volume das transferências de valor dos setores de baixa composição-valor para os setores de alta composição-valor²². Isto ocorreria devido ao fato de que os setores de baixa composição empregam proporcionalmente mais força de trabalho do que os setores de alta composição, de modo que os diferenciais de salários (*wage rate differentials*) lhes impactariam muito mais.

Transferências de valor com diferenças salariais

		Alta C/V		Baixa C/V	
		Intra-setorial	Inter-setorial	Intra-setorial	Inter-setorial
Alto Nível Salarial	Alta eficiência	+	++	+	+-
	Baixa eficiência	-	++	-	+-
Baixo Nível Salarial	Alta eficiência	+	+-	+	--
	Baixa eficiência	-	+-	-	--

Fonte: Elaboração do autor com base em Shaikh (1991, p. 211-212).

Por fim é necessário comentar o exemplo numérico que Shaikh oferece em seu trabalho para ilustrar sua visão sobre as transferências de valor (Shaikh, 1991, p. 219-220). No exemplo, Shaikh tenta demonstrar que é possível que não haja transferência de valor de um país subdesenvolvido, com salários mais baixos, para um país desenvolvido com salários maiores. Para isto ocorrer, Shaikh constrói uma situação na qual o setor exportador do país subdesenvolvido opera a uma composição-valor muito alta, mais alta do que a do setor de alta composição do país desenvolvido (no caso, mais do que o dobro da relação entre capital constante e capital variável), e que o setor “doméstico”, de baixa composição, tem composições relativamente próximas. Com isso Shaikh prova seu ponto: No caso de um país subdesenvolvido com uma indústria de exportação de altíssima composição-valor, cuja razão c/v seja o dobro dos países desenvolvidos, é possível que não haja transferência de valor para o exterior, mesmo que existam baixos salários.

Entretanto, se considerarmos que este não é o caso da ampla maioria dos países subdesenvolvidos, então veremos que o exemplo de Shaikh se volta contra seu argumento. O que isto significa? O

²² “This in turn implies that in the presence of interregional wage differences, the formation of international prices of production will require a larger transfer of surplus value into the high organic composition sector, but also a larger transfer out of the low organic composition sector” (Shaikh, 1979, p. 59).

objetivo de Shaikh com o exemplo não era rejeitar a possibilidade de transferências de valor entre países, mas fornecer um contra-exemplo onde elas não existissem, buscando com isso demonstrar que a determinação fundamental do desenvolvimento desigual (e do subdesenvolvimento) não poderia advir das transferências de valor decorrentes do investimento externo, mas apenas do próprio comércio de mercadorias. Aos olhos do autor, a mera existência de um exemplo de país subdesenvolvido cuja economia operasse desta forma já serviria para que provasse sua tese, ainda que na maioria dos casos de subdesenvolvimento existisse transferência de valor (Shaikh, 1980, p. 55). Entretanto, isto não é necessariamente correto.

As limitações das tentativas de concretização da teoria do valor de Marini e Shaikh

No caso da concretização da teoria do valor proposta por Marini, sua principal limitação é sua suposição de que teria existido uma “primeira fase” da economia internacional na qual os preços das mercadorias girariam em torno ao valor, sem a mediação dos preços de produção. Não entraremos aqui no mérito histórico desta suposição. O problema é que independente do nível de proximidade com o processo histórico que ela possa apresentar, ela depende de uma extrapolação da teoria marxiana do capital para além de seu terreno, ou seja, ela consiste necessariamente numa tentativa de analisar condições pré-capitalistas com uma teoria que não se destina a este fim. Isto, somado ao fato de que uma demonstração da correção “histórica” deste procedimento seria difícil, estabelece um momento de fragilidade na reconstrução do real proposta por Marini.

Parece decorrer justamente desta fragilidade caracterização de Marini de que a passagem da economia internacional para um segundo momento, onde a exportação de capitais se tornaria predominante, colocaria as bases para uma “burla” à lei do valor operada pelos capitais das nações industrializadas, mediante o recurso aos aumentos de produtividade. A “transição” à predominância dos preços de produção só pode ser considerada uma “burla” diante de um determinado ponto de partida referencial, que para Marini é justamente o referencial do valor. Assim seria necessário demonstrar a existência deste ponto de partida para comprovar a existência de sua violação²³.

Considerando o processo de formação do mercado mundial, ou seja, a tendência de formação de trocas pelo preço de produção, e de nivelamento ou equalização intersetorial das taxas de lucro

²³ Ressalte-se que não se trata aqui de atribuir a Marini as posições de algumas interpretações “historicistas” de O Capital que consideram que aquilo que Marx chama em alguns momentos de “sociedade mercantil simples” seria uma fase prévia ao surgimento do capitalismo propriamente dito (com compra de força de trabalho e mobilidade de capitais) e não uma abstração, como ocorre em Sweezy (1942). Marini parece apenas formular uma hipótese sobre o processo de surgimento do capitalismo na América Latina a partir de sua integração ao mercado mundial teria se dado de forma tal que os preços girariam em torno aos valores, sem a mediação de uma taxa de lucros média.

médias, então isto significará que as oscilações da taxa de lucros nos setores passam a ser as principais determinantes das movimentações de capitais.

Marini claramente entende isto, mas este fato não possui um papel realmente fundamental em sua teoria. O centro está nas explicações referentes às conseqüências deste processo, ou fato, mas as características do processo em si não são analisadas de forma aprofundada. Isto é uma lacuna importante na teorização de Marini, e faz com que a possibilidade de demonstrar que os aspectos por ele analisados são decorrências do funcionamento da lei do valor fique impossibilitada. Isto permite que Marini considere a transferência de valor intersetorial na esfera internacional uma espécie de “burla” à lei do valor, uma “violação das leis mercantis”. Mas a troca desigual só aparece como violação porque os elos intermediários entre ela e a teoria dos preços de produção não foram devidamente considerados.

Exemplifica este problema a caracterização da troca desigual e da necessidade de compensação pela perda de mais-valia decorrente como causa da superexploração. Trilhando este caminho, Marini se vê impossibilitado de explicar no que isto se difere da perda de mais-valia ocorrida nos setores de baixa composição-valor dentro dos países centrais. Isto colocará um problema importante para a fundamentação teórica da superexploração, na forma que ela é apresentada por Marini.

Tanto é assim que entre os estudiosos recentes do pensamento de Marini, este ponto parece ter-se tornado base para uma controvérsia e para dois tipos de argumento, ao nosso ver igualmente inadequados. Osório (2013), por exemplo, parece buscar justificar em base a argumentos trans-históricos, e em uma interpretação da dialética hegeliana e de sua apropriação crítica realizada por Marx, a necessidade da noção de “burla”, ou “violação da lei do valor” como algo que não significaria seu abandono, defendendo-a. Por outro lado, Nascimento *et al* (2013), ao aproximar a noção de superexploração da noção de exploração já expressa por Marx em *O Capital* (apenas considerando-a como uma redução dos níveis salariais), termina por retirar completamente a especificidade desta categoria como uma decorrência direta do subdesenvolvimento (ou da dependência).

Shaikh, por sua vez, considera que a tendência de déficits comerciais característica de um momento embrionário do mercado mundial capitalista tende a se manter como explicação do subdesenvolvimento. Com isso, ele restringe em muito a importância da exportação de capitais, contrariando sua própria visão no que diz respeito às suas tendências no sentido de uma equalização intersetorial das taxas de lucro. Shaikh considera que o principal efeito dos déficits comerciais será a pressão sobre as taxas de juros, o que seria válido numa economia com capacidade de produção

ociosa. Mas então, isto significaria que havendo algo próximo de um “pleno-emprego” a economia subdesenvolvida se orientaria para os aumentos de produtividade? Ou seja, nas condições de inexistência de ociosidade valeriam então as proposições das teorias das vantagens comparativas?²⁴ Uma forma de responder a esta questão seria através da teoria do sub-imperialismo de Marini (nestas condições os capitais dos grandes países subdesenvolvidos “colonizariam” seus vizinhos, “subdesenvolvendo-os”, ou seja, expandindo a produção através de capitais de baixa composição-valor, mas com altas taxas de lucros, que declinariam mais rápido do que as do centro). Mas o aspecto fundamental aqui é que, mesmo numa situação limite onde não haja mais para onde ir com o mesmo tipo de produção (ou seja, através de uma expansão predominantemente quantitativa), sempre se poderia aumentar a produtividade na periferia de forma mais lenta do que no centro, ou seja, mantendo-se a tendência de nivelamento das taxas de lucro e o processo de transferência progressiva de mais-valor.

Deste modo, não parece adequado restringir a explicação do processo, sua causalidade, à ocorrência de déficits comerciais decorrentes da diferença inicial de produtividade, ainda que o comércio de mercadorias possa estar sem dúvida em suas origens. A própria exportação de capitais pode permitir (em geral é o que ocorre) uma expansão quantitativa da produção nos países subdesenvolvidos tal que permita que uma manutenção ou expansão de seu padrão de consumo se combine com a existência de superávits comerciais. Nestas circunstâncias, embora os déficits fossem uma tendência na ausência das exportações de capitais do centro para a periferia, eles poderiam até mesmo deixar de existir por longos períodos sem que isto eliminasse ou alterasse de forma alguma a tendência de distanciamento dos patamares de produtividade centro-periferia. Portanto, parece necessário unir os dois aspectos. Shaikh fez uma grande contribuição ao apresentar uma teoria do comércio internacional de mercadorias, como primeiro momento da formação do mercado mundial capitalista, que permite estabelecer uma relação causal entre a expansão comercial desta primeira fase e a tendência de exportação de capitais subsequente. Mas se a explicação do processo se restringisse a isto, então não teria havido qualquer mudança qualitativa na economia mundial com a passagem à fase de predomínio da exportação de capitais. Isto não apenas não parece corresponder à realidade, como também não parece justificável diante da discussão sobre transferência de valor apresentada pelo próprio autor.

²⁴ Toda a teoria social marxiana, incluindo aí este tipo de tentativa de concretização internacional da teoria do valor, parece encontrar-se em um nível de abstração no qual tais considerações sobre a utilização da capacidade produtiva não sejam especialmente relevantes. Deste modo, as explicações decorrentes precisariam, ao nosso ver, ser válidas tanto num caso quanto no outro. Reduzir a explicações das legalidades internas do capital a questões deste tipo não nos parece possível dentro do arcabouço do método de Marx.

No que diz respeito à questão das transferências de valor, Shaikh em suma não parece levar suas próprias conclusões até as últimas conseqüências. Seu tratamento da questão das transferências de valor oferece mais elementos para que se identifique uma tendência de transferência da periferia para o centro do que a obra de Marini (por incluir as diferenças salariais etc), por exemplo, mas, apesar disso, Shaikh insiste em restringir ao mínimo a importância deste aspecto no processo de subdesenvolvimento.

Parece, portanto, que neste aspecto reside a principal limitação de Shaikh, ou seja, na ausência desta síntese. Ao restringir a análise ao aspecto do comércio de mercadorias e nas relações deste com a evolução das taxas de juros e dos investimentos financeiros²⁵, Shaikh está eliminando por hipótese o que a possibilidade de síntese entre os aspectos por ele descritos e que poderia aparecer como a grande explicação do subdesenvolvimento: os diferenciais de evolução da taxa de lucros provocados pelo caráter quantitativo da expansão da produção periférica através da exportação de capitais dos países centrais, em primeiro lugar. Em segundo lugar, os efeitos da expansão quantitativa sobre a remuneração da força de trabalho (superexploração).

É curioso, por fim, observar que a principal limitação teórica presente na análise de Shaikh decorre justamente da insuficiente incorporação de sua principal contribuição: A visão de que a exportação de capitais decorre de forma necessária de desequilíbrio da exportação de mercadorias.

Em conclusão: Para uma concretização internacional para a teoria do valor que expresse o mercado mundial capitalista em seu movimento

Nestas conclusões, buscaremos sugerir em linhas gerais alguns elementos que precisariam estar presentes em uma concretização internacional da teoria do valor de Marx, no que diz respeito a um tratamento das categorias em que se leve em consideração o processo de formação do mercado mundial capitalista e também os principais aspectos decorrentes da análise crítica das obras dos autores aqui analisados.

²⁵ Em desenvolvimentos posteriores de sua teoria do comércio exterior (Shaikh, 1991a; 1999; Shaikh & Antonopoulos, 1998), Shaikh busca construir um modelo que adota claramente a hipótese de que as movimentações internacionais de capitais financeiros (*short-term financial capital*) apenas seriam suficientes para comprovar sua teoria. Esta restrição parece decorrer justamente da limitação no comércio exterior da explicação das causalidades que determinam o subdesenvolvimento. Obviamente, o fato de Shaikh limitar seu modelo à questão do comércio exterior permite tais procedimentos. Mesmo assim, o caminho por ele seguido no desenvolvimento de seu modelo de comércio exterior, independente de seus méritos, parece restringir a questão de forma tal que poderia acabar por obscurecer o fenômeno do subdesenvolvimento e suas causas, caso tal fenômeno seja analisado apenas por estas lentes.

Do ponto de vista de qualquer capitalista, seja ele de um país industrializado ou exportador de matérias-primas, não parece decorrer nenhum impeditivo para a produção e para o comércio internacional do fato de que exista transferência de valor, desde que ele consiga obter ao menos a taxa média de lucros existente na economia de seu país, em relação ao seu capital investido (ou algo próximo)²⁶. Sendo assim, o que difere a situação das transferências de valor no comércio internacional, de modo que estas venham a gerar uma necessidade de compensação dando origem entre outros aspectos, à superexploração, e as transferências de valor internas dentro de um país industrial, de modo que as últimas não levam ao mesmo resultado? Nos parece que esta é a grande questão que precisa ser respondida para que se possa avançar numa concretização internacional da teoria do valor que incorpore o aspecto da exportação de capitais.

Partindo da contribuição de Shaikh sobre o comércio de mercadorias, percebemos que os diferenciais internacionais de produtividade já colocam a tendência de fluxos de capitais no sentido centro-periferia, ou seja, buscando as taxas de lucro mais elevadas ali existentes.

Sabemos que Marx, no capítulo IX do livro III de O Capital (Marx, 1983, III-2, p. 122-123) adota como pressuposto que, caso existissem taxas de lucro diferenciadas pelos setores (de acordo com a produtividade média do trabalho em cada um) e, ao mesmo tempo, mobilidade de capitais, então já teria ocorrido uma migração de capitais dos setores com taxas menores para os setores maiores produzindo uma alteração na oferta tal que operaria no sentido de equalizar as taxas de lucro médias entre os setores. No nível de abstração do livro 3 este pressuposto é totalmente lícito, uma vez que não existem países, barreiras alfandegárias, custos de transporte, burocracia, Estados nacionais apoiando seus capitais locais, moedas não-conversíveis, etc. Mas seria este procedimento adequado para tratar da economia internacional?

A consideração de fatores limitadores do investimento internacional como estes (ou outros) permitiria conciliar a hipótese de que as taxas de lucros sejam determinantes para o investimento internacional, ou seja, considerar a existência de uma tendência de nivelamento internacional das taxas médias setoriais de lucros, com a visão de que este nivelamento não chega efetivamente a ocorrer. Em outras palavras, uma teoria dos preços de produção (internacional) na qual se abandone o pressuposto de uma equalização prévia das taxas médias de lucros entre os distintos setores.

²⁶ “(...) a diferenciação das taxas de lucro nas diversas nações é circunstância indiferente para seu intercâmbio de mercadorias” (Marx, 1983, III-1, p. 138). Isto não significa, obviamente, que dentro de um determinado país em qualquer momento dado não possam existir diversos capitais operando abaixo ou acima destas taxas médias em qualquer setor, mas apenas nenhum capitalista poderia manter tal situação de forma permanente, exceto nos casos de vantagem monopolística.

Se, abandonando o pressuposto de equalização prévia, considera-se a existência de um processo de nivelamento das taxas de lucro posto pela movimentação internacional de capitais, decorreria então um efeito peculiar sobre a evolução das taxas de lucro médias. Se imaginarmos que a produtividade do trabalho cresce mais rápido no centro industrial do que na periferia subdesenvolvida (o que é observado empiricamente), então o efeito da evolução da produtividade sobre a taxa de lucro, caso inexistisse o investimento estrangeiro levaria a que as taxas de lucro médias no centro decrescessem mais rapidamente do que na periferia. Mas se considerarmos o efeito do processo de formação do mercado mundial, ou seja, os efeitos do investimento estrangeiro, então as taxas de lucro da periferia precisariam estar decrescendo mais rápido do que as do centro. Mas como ocorreria este processo de evolução diferenciada das taxas de lucro médias?

Os capitalistas dos países periféricos não passariam a produzir em atividades de alta composição-valor para receber valor transferido, ao invés de enviá-lo, por um lado, porque a existência de uma tendência de nivelamento intersetorial (mas que não permita um pressuposto de “nivelamento prévio”) significa que o nível de suas forças produtivas está muito abaixo daquelas existentes do centro. Mas a questão principal é que as atividades de baixa composição ainda apresentam taxa de lucro mais elevada, e nas de alta composição seria necessário concorrer com os baixos preços possibilitados pela alta produtividade do trabalho nas economias industriais, ou seja, dependem de uma combinação de capitais, estrutura produtiva instalada e de eficiência da força de trabalho que não existem na periferia. Dados os capitais, a estrutura produtiva e a força de trabalho disponíveis seria sempre mais vantajoso para qualquer capitalista periférico aproveitar as taxas de lucro mais elevadas das atividades de baixa composição-valor (em muitas das quais os países periféricos tem vantagens naturais), ainda que estas taxas venham a declinar em ritmo mais acelerado. Ou seja, produzir mais do mesmo, ainda que com uma deterioração mais rápida da taxa de lucros²⁷. Contribui de forma decisiva para tal processo o financiamento oferecido pelos capitais dos países centrais através da exportação de capitais para os países periféricos, seja de forma direta, “produtiva”, seja através de “investimentos em carteira” (*short run financial capital*), ou mesmo o financiamento oferecido por instituições internacionais. Se a decisão sobre o que fazer com o financiamento depende das taxas de lucro, e se sabemos que o processo de nivelamento implica na existência de taxas de lucro mais elevadas nas atividades de baixa composição-valor, então a maior parte do financiamento disponibilizado será, pelo critério do lucro, canalizado para tais atividades.

²⁷ Obviamente isto seria válido como tendência, mas não excluiria a possibilidade de que algum capitalista de um país subdesenvolvido possa individualmente atuar e ser bem sucedido em um setor produtor de mercadorias de alta composição-valor. Isto só não seria o mais provável, dada a situação descrita. Além disto, mesmo estas exceções fortuitas de empresas produzindo tais mercadorias, sejam apoiadas na genialidade individual ou em inovações técnicas, poderiam ser rapidamente absorvidas por capitais dos países centrais. Aquisições deste tipo são cotidianamente observadas nos países subdesenvolvidos.

Este diferencial de evolução das taxas de lucro, expressão necessária da tendência posta pelo capital da formação de um mercado mundial capitalista seria o provável registro empírico de que a movimentação internacional de capitais, a exportação de capitais, tem como efeito um processo de nivelamento intersetorial das taxas de lucro em escala mundial. Se esta perspectiva estiver correta, isto significará que caso seja possível observar as taxas médias de lucro por país, perceberemos que os países periféricos elas são em geral mais altas²⁸, e declinam mais rápido do que as taxas médias nos países centrais. A observação de tais fatos demonstraria o erro de autores²⁹ que rejeitam a hipótese de formação do mercado mundial capitalista em base ao argumento de que as taxas de lucros dos países periféricos seriam mais elevadas. Dentro desta perspectiva, elas precisariam necessariamente ser assim, a questão é se evoluem negativamente de forma mais acelerada ou não (como tendência). Neste caso, reconhecer o processo formação do mercado mundial capitalista não significaria afirmar que as taxas de lucros tenham se nivelado em todo o mundo. Significaria apenas afirmar que as oscilações da taxa de lucros nos distintos setores regulam os movimentos de capitais (o que opera no sentido de seu nivelamento intersetorial), ainda que tais movimentos sejam limitados por outros fatores. Caso fosse válida a visão oposta, de que o processo de formação do mercado mundial capitalista estaria bloqueado, isto significaria que tal regulação não poderia ser observada, e que os movimentos de capitais atenderiam a outro tipo de determinação.

Uma forma possível deste processo seria a seguinte: Os fluxos de investimento externo (independente de sua natureza, sejam eles “produtivos” ou “financeiros”) aumentariam de volume conforme a ampliação da produtividade nos países centrais, e a conseqüente expansão do comércio, mas sua determinação fundamental seria os aumentos de lucratividade postos pelo aumento dos preços das mercadorias exportadas pelos países periféricos (matérias-primas, alimentos, etc), determinados pela expansão da demanda internacional por eles. Nestes momentos, a expansão do investimento geraria uma expansão predominantemente quantitativa da produção periférica (aumento do volume de produção principalmente mediante ampliação do volume de trabalho, e menos calcado na ampliação da produtividade), em atividades de baixa composição-valor. O aumento dos investimentos e a ampliação da produção decorrente gerariam excessos de oferta dos produtos primários e matérias primas (ou mesmo mercadorias industriais produzidas por capitais de

²⁸ Uma possível exceção aqui seria a hipótese levantada pelo exemplo numérico de Shaikh, na qual o país subdesenvolvido tenha vantagem natural na produção de uma mercadoria cuja produção exija capitais de altíssima composição-valor (o que não parece realista). De qualquer forma, além da vantagem natural “monopólica” precisariam existir também os capitais para sua exploração.

²⁹ Dashkovkij (1927) e principalmente Mandel (1982). Ressalte-se, no entanto, que a intuição destes autores de que um nivelamento internacional das taxas médias de lucro não seria possível pode não estar completamente equivocada. Seu erro é supor que para existir um processo de equalização como tendência dependeria de que as taxas médias se aproximem, ou que a existência do processo implique que em algum momento ele possa se concluir.

composição-valor relativamente baixa) ali produzidas. A existência deste excesso de oferta atuaria no sentido de rebaixar os preços internacionais destes produtos, reduzindo o fluxo dos investimentos, mas sempre para patamares superiores aos do início do ciclo (uma vez que a demanda dos países centrais aumentou).

Aqui entraria então a discussão trazida por Marx no capítulo X do livro III de O Capital. Suponhamos, por hipótese, que casualmente em dado momento oferta e demanda cheguem a coincidir. O que teria ocorrido então? Pelo lado das regiões subdesenvolvidas, a expansão prioritariamente quantitativa da produção periférica teria sido suficiente para se igualar ao aumento da demanda por seus produtos, observada nos países centrais. Pelo lado dos países centrais, uma expansão predominantemente calcada nos aumentos de produtividade teria sido suficiente para se igualar à demanda por suas mercadorias industrializadas. Independente do *quantum* necessário para cada um dos lados nesta expansão, o resultado será sempre que uma quantidade progressivamente maior de trabalho (periférico) será trocada por uma quantidade de trabalho que não cresceu à mesma taxa (nos países centrais), pois o *plus* de valores de uso foi produzido foi mais centrado nos aumentos de produtividade. Ou seja, de qualquer forma o resultado do processo seria a deterioração dos termos de troca das mercadorias primárias, a “não-compensação” em termos relativos, dos aumentos de produtividade no centro do ponto de vista dos preços, e a redução mais acentuada das taxas de lucro nas atividades da periferia, quando comparadas às observadas nas atividades de alta composição-valor.

Para Marx, entretanto, a partir do momento em que o crescimento da oferta ultrapassasse o crescimento da demanda, existiriam duas possibilidades: Ou a redução dos preços levaria a uma redução das taxas de lucro e, logo, a uma saída de capitais do setor em direção a outros setores que tenham mantido sua lucratividade, recompondo a taxa de lucros em seu nível médio; ou o próprio *valor de mercado* (no caso, *preço de produção de mercado*) cairia, devido à utilização de invenções que reduzam o tempo de trabalho necessário (Marx, 1983, III-1, p. 146-147)³⁰.

A primeira possibilidade seria limitada, no caso de mercadorias produzidas e exportadas pelos países periféricos mediante investimento externo, pois ficaria restrita à migração para outros setores de baixa composição valor e altas taxas médias de lucro característicos da produção periférica. Este movimento seria limitado pelo tamanho das economias subdesenvolvidas. De qualquer maneira, ele resultaria numa redução da taxa média de lucros (intersectorial) do país periférico. Para os capitais dos países centrais investidos em atividades mais lucrativas nos países periféricos, tais atividades

³⁰ Observe-se que em qualquer dos dois casos, haveria uma redução da taxa média de lucros.

continuariam sendo mais lucrativas que suas atividades “domésticas”, mesmo com um certo excesso de oferta e com uma certa redução de preços relativos dele decorrente. Já a segunda possibilidade tampouco se encontra disponível (como tendência), uma vez que a característica da expansão da produção periférica é justamente a de ser principalmente quantitativa, e não centrada nos aumentos de produtividade.

A única saída para os capitais nesta situação buscarem recompor sua lucratividade (em comparação com ela mesma, no momento anterior e que, ainda que se trate de taxas de lucro relativamente mais altas, é sentida pelos capitalistas) seria mediante os mecanismos descritos por Marini em sua análise como causadores da superexploração (aumento de intensidade do trabalho, aumento de jornada e redução da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor). Como estes mecanismos não significam aumento de produtividade nem mais-valia relativa³¹, sua utilização não implica numa redução dos valores das mercadorias produzidas, e nem numa redução dos custos das mercadorias de consumo operário. Desta forma, ao substituir (ao menos em parte) a movimentação setorial e os aumentos de produtividade como mecanismo de compensação pela redução da lucratividade, os mecanismos para elevar a taxa de mais-valia que caracterizam a superexploração implicam necessariamente numa transferência crescente de valor. Além disso, por ser a principal forma de contrarrestar a queda da taxa de lucros nos países subdesenvolvidos, a superexploração se constituiria na principal explicação para a permanência de piores condições de vida dos trabalhadores nestas regiões do planeta.

Olhando deste ponto de vista, o que o capitalista periférico perceberia (e precisaria compensar) não seria a transferência de valor nem sua perda de mais-valia, mas seu efeito do ponto de vista da evolução dos preços das mercadorias, ou seja, a queda de sua lucratividade. Quando olhado de conjunto, o que se vê é que os países periféricos, mesmo quando obtêm superávit comercial, o fazem pois ainda que estejam importando muito, expandiram de forma predominantemente quantitativa sua produção de forma a exportar ainda mais. Se olharmos as mercadorias (por unidade), veremos que os preços das mercadorias do centro, refletindo os aumentos de produtividade, possivelmente diminuiram mais do que as da periferia. Mas se olharmos as

³¹ Vários autores, inclusive o próprio Marini, consideram que os aumentos de intensidade do trabalho constituiriam uma forma de mais-valia relativa. Isto não parece correto uma vez que neste caso aumenta o volume de trabalho total, ainda que realizado no mesmo tempo. Conforme ressaltado por Carcanholo (2013, p. 90), era esta a opinião de Marx:

Intensidade crescente do trabalho supõe dispêndio ampliado do trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva corporifica-se, portanto, em mais produtos do que a menos intensiva, com igual número de horas. Com força produtiva aumentada, em verdade a mesma jornada de trabalho fornece, também, mais produtos. No último caso, porém, cai o valor do produto unitário, porque custa menos trabalho que antes; no primeiro caso ele permanece inalterado porque o produto, depois como antes custa a mesma quantidade de trabalho (Marx, 1983, I-2, p. 116-117).

quantidades de trabalho necessárias para a produção de tais mercadorias, refletidas em seus valores, perceberíamos que os aumentos de produtividade não se refletiram completamente na evolução dos preços, uma vez que as mercadorias não são trocadas por seus valores, e nem mesmo por seus preços de produção, mas por seus preços de mercado (ainda que estes reflitam os valores, mediados pelo processo de formação da taxa média de lucros através dos preços de produção, bem como pelas oscilações de oferta e demanda e aspectos decorrentes de eventuais posições monopolistas).

Isto seguirá sendo verdade mesmo que a evolução seja no sentido de uma aparente deterioração dos preços das mercadorias industriais, bastando que tal deterioração não seja suficiente para compensar as alterações relativas de produtividade do trabalho. Assim, a necessidade de aumento da intensidade do trabalho (ou da mais-valia absoluta mediante aumento da jornada, etc), que origina a superexploração, seria uma consequência mediata da simples orientação pelo maior lucro possível dos capitalistas periféricos. Se partirmos do fato de que a expansão da produção ocorre de forma mais centrada na produtividade no centro e menos na periferia, então haveriam duas possibilidades para os capitais que operam na periferia: Se os mecanismos que caracterizam a superexploração não forem capazes de achatar a remuneração da força de trabalho a ponto de compensar a redução (relativa) de produtividade, então haveria uma deterioração dos termos de troca do ponto de vista dos preços de mercado, e uma redução mais acentuada de suas taxas de lucro; Se os mecanismos da superexploração, que não são baseados no aumento de produtividade mas no aumento de utilização da força de trabalho, conseguem compensar a redução relativa de produtividade, então haveria uma transferência crescente de valor, e da mesma forma uma redução mais acentuada das taxas de lucros (uma vez que a diferença entre valor gerado e valor apropriado se ampliaria da mesma forma)³². Seja pela via da deterioração dos termos de troca, seja pela via da superexploração, as taxa média de lucros dos capitais que operam na periferia declinariam a uma taxa relativamente mais acentuada as registradas pelos capitais dos países centrais. Portanto, a “compensação” possibilitada pela superexploração seria ilusória, pois de qualquer forma implicaria numa queda relativamente maior das taxas de lucro³³ (embora sua maior expressão, neste caso, seja percebida pelos trabalhadores).

³² Entendemos que esta formulação permitiria resolver um problema importante da apresentação de Marini: A dificuldade de conceber um rebaixamento da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, a não ser recorrendo a algum referencial comparativo. No caso desta explicação, tal referencial seria a própria remuneração da força de trabalho existente na periferia no momento anterior, permanentemente pressionada por uma deterioração mais rápida da lucratividade das atividades nas quais é empregada. O mesmo se aplica à percepção da taxa de lucro do capitalista periférico.

³³ Nos parece que a única forma de rebater este argumento de que o tipo de expansão da economia mundial implica numa transferência crescente de valor da periferia para o centro nos marcos da teoria marxiana do valor seria uma demonstração de que a evolução dos preços internacionais levaria a uma compensação (ou mais que isto) da evolução diferenciada da produtividade do trabalho entre centro e periferia. Para isto ocorrer, entendemos que seria necessário, entre outras coisas, que oferta e demanda por mercadorias produzidas pelos países industriais *vis-a-vis* as ofertas e

Em suma, o problema acima poderia ser resumido da seguinte forma: Se as regiões periféricas se desenvolvem com aumentos de produtividade que crescem a taxas menores do que as observadas nos países centrais, então necessariamente as regiões periféricas trocarão cada vez mais trabalho por cada vez menos trabalho das regiões centrais, e sua taxa média de lucros tenderá a observar quedas mais acentuadas (em termos relativos) do que as observadas nas regiões centrais, seja isto causado por uma deterioração dos termos de troca (do ponto de vista do valor, ou seja, uma não-compensação do crescimento diferencial da produtividade), seja pela transferência crescente de valor posta pelos mecanismos que caracterizam a superexploração. Trata-se aqui da mesma “lei” apontada por Shaikh (e já intuída por Marini)³⁴, mas para a qual nenhum dos autores deu importância central, acrescida da consideração do movimento de formação do mercado mundial capitalista.

Seguindo este raciocínio, concluiríamos que *é o movimento tendencial relativo das taxas médias de lucro nas economias nacionais que expressa a contradição fundamental do processo de formação do mercado mundial (e logo, o desenvolvimento desigual), e não sua situação estática em qualquer momento dado*. Apenas neste sentido seria possível falar, como fez Marx, em uma *taxa média de lucros internacional* “ideal” do capital, tendencial, móvel e dinâmica.

A explicação aqui apresentada tem três vantagens: Em primeiro lugar seu caráter de “lei de movimento” geral do capital, ou seja, em qualquer economia mundial onde haja economias nacionais centrais onde a produtividade cresça a taxas mais rápidas que as regiões periféricas, em cuja expansão da produção se dê de forma predominantemente quantitativa, haverá uma evolução diferenciada das taxas de lucro. Em segundo lugar, o caráter específico da superexploração: Esta compensação pela evolução diferencial das taxas de lucro é específica das economias periféricas já que nas atividades de baixa composição-valor existentes nos países centrais seria adequado pressupor que os excessos de oferta ou saída de capitais já nivelaram suas taxas de lucro com as atividades da alta composição. Embora esta explicação difira em um aspecto fundamental da formulada por Marini (que centra na compensação pela perda de mais-valia causada pela transferência de valor mediante uma “burla” da lei do valor), foi ele o autor marxista que mais se aproximou dela no século XX, ressaltando de forma genial a importância fundamental da transferência da mais-valor das atividades da periferia para o centro na constituição das condições de vida da classe trabalhadora dos países periféricos. A terceira vantagem é que, uma vez que as

demandas das mercadorias produzidas na periferia repetissem após uma determinada expansão exatamente a mesma proporcionalidade existente no momento anterior à mesma. Isto, dado o caráter predominantemente unilateral da expansão da produção periférica, parece altamente improvável, senão impossível.

³⁴ Ver Marini (1973, p. 147-148) e Shaikh (1980a, p. 228-229).

economias periféricas sejam consideradas como capitalistas no presente, o tipo de explicação aqui sugerido não dependeria de qualquer ponto de partida lógico-histórico específico (produção pré-capitalista, produção mercantil simples ou produção capitalista), uma vez que é o movimento relativo das taxas médias de lucro (determinado pela evolução diferencial das produtividades) que determina o processo de subdesenvolvimento, independente de seu ponto de partida.

Por fim a explicação sugerida permite explicar o subdesenvolvimento e as suas tendências sem recorrer a quaisquer aspectos externos às leis de movimento do capital ou ao seu caráter monopolista, ou seja, sem absolver as relações sociais de tipo capitalista pelo fenômeno, ou buscar abrir espaço para conciliar a defesa de políticas “desenvolvimentistas” com a manutenção do modo de produção capitalista, mediante algum tipo de reformulação de aspectos específicos de seu funcionamento³⁵.

Referências:

- AMIN, S. (2010). *The law of worldwide value*. New York: Monthly Review Press.
- BUKHARIN, N. (1986). *A Economia mundial e o imperialismo: Esboço econômico*. São Paulo: Nova cultural, 1986.
- BREWER, A. (1990). *Marxist Theories of Imperialism: A critical survey*. 2nd. Edition. London: Routledge.
- CARCANHOLO, M.D. (2013). (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: Almeida Filho, N. (org.) (2013): *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, pp. 71-98.
- DASHKOVSKIJ, I. (1927). International exchange and the law of value (partes I e II). In: *Pod Zramenem Marxizma* números 4 (pp. 131-151) e 5 (pp. 59-91). Traduzido para o Inglês por Noa Rodman.
- DE PAULA, P. (2015). Teoria do valor e Economia Mundial – A hipótese do bloqueio na formação do mercado mundial capitalista. Comunicação apresentada ao VIII Colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX. Campinas-SP: Unicamp. Disponível em: <https://goo.gl/XdjDQ9>.
- EMMANUEL, A. (1972). *Unequal exchange*. Londres: New Left Books, 1972.

³⁵ Uma questão fundamental que decorreria desta análise para a caracterização do subdesenvolvimento passa então a ser a seguinte: Para onde tende este processo? Ou seja, haverá um fim? Um momento a partir do qual a tendência de evolução diferenciada das taxas de lucro no centro e na periferia expressa no que chamamos de *Lei de Shaikh* e suas conseqüências nos países subdesenvolvidos descritas, no que poderíamos chamar de *Lei de Marini*, ou seja, as leis características do processo de formação do mercado mundial capitalista, cederão espaço a outros tipos de tendência? Mantido o modo de produção capitalista, não é difícil perceber que a resposta a esta pergunta só pode ser negativa. A característica fundamental do processo é a expansão da produtividade no centro ser maior do que seu reflexo na evolução dos preços das mercadorias e da força de trabalho, ou se é compensada, isto ocorre através da superexploração da força de trabalho periférica. Para que isto deixasse de ser assim, seria necessário que: a) A produtividade atinja um nível “máximo”, o que não apenas não parece ser possível, mas que se fosse, colocaria claramente os limites históricos da produção capitalista; b) Não haja mais possibilidade de expansão predominantemente quantitativa da produção na periferia, o que também não é possível, pois mesmo que se semeiem todas as terras e se extraiam minérios de todas as reservas, sempre será possível aumentar a produção elevando a produtividade na periferia de forma mais lenta do que no centro industrializado, uma vez que a maior parte da sociedade humana em todo o mundo está dedicada às atividades de composição-valor mais baixa; c) Deixem de existir quaisquer limitações para a exportação de capitais, o que também não parece realista. De qualquer forma, mesmo que ocorra só aceleraria o processo, dando outros contornos (ou seja, não significaria seu “fim”); ou d) A relação entre os aumentos de produtividade do trabalho nos países centrais e seus reflexos nos preços das mercadorias e da força de trabalho se inverta, o que teria como pressuposto a adoção de um modo de produção distinto, cuja determinação do investimento não seja pela lucratividade.

- HECKSCHER, E. (1950). The Effect of Foreign Trade on the Distribution of Income. In: Readings in the Theory of International Trade, eds. Howard S. Ellis and Lloyd A. Metzler for the American Economic Association, 272–300. Homewood, IL: Irwin. Slightly abridged version translated from *Ekonomisk Tidskrift* (1919).
- KEYNES, J.M. (1996). A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Editora nova cultural.
- MANDEL, E. (1982). O Capitalismo tardio. São Paulo: Abril cultural.
- LACERDA, A.C. (2004). Globalização e investimento estrangeiro no Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
- MARINI, R.M. (1973). Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R. e STÉDILE, J.P. (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Traspadini, São Paulo: Expressão Popular.
- _____. (1973a). Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R. e STÉDILE, J.P. (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Traspadini, São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, K. (1983). O Capital: Crítica da economia política (3 vols.). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. (2011). Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica à economia política. São Paulo: Boitempo.
- NASCIMENTO, C.A. et al (2013). Exploração e superexploração em Marx e Marini. In: Almeida Filho, N. (org.) (2013): Desenvolvimento e dependência. Brasília: IPEA, pp. 99-124.
- OHLIN, B. (1933). Interregional and International Trade. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- OSORIO, J. (2013). Fundamentos da superexploração. In: Almeida Filho, N. (org.) (2013): Desenvolvimento e dependência. Brasília: IPEA, pp. 49-70.
- RICARDO, D. (1996). Princípios de economia política e de tributação. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- SAMUELSON, Paul A. (1949). International Factor-Price Equalisation Once Again. *Economic Journal* 59 (234): 181–197.
- _____. (1954). Prices of Goods and Factors in General Equilibrium. *Review of Economic Studies* 21 (1):1–20.
- SHAIKH, A. (1977). Marx's Theory of Value and the 'Transformation Problem'. In: Schwartz, Jesse (Editor). *The Subtle Anatomy of Capitalism*. Santa Monica, California: 1977. pp. 106-139.
- _____. (1979). Foreign Trade and Law of Value, part I. In: *Science and Society*. Fall, 1979, pp. 281-302. New York: Guilford.
- _____. (1980). Foreign Trade and Law of Value, part II. In: *Science and Society*. Winter, 1979-1980, pp. 27-57. New York: Guilford.
- _____. (1980a). The laws of international exchange. In: *Growth, Profits and Property*, Edward J. Nell (ed.), Cambridge University Press, Cambridge. Pp. 204-235.
- _____. (1991). *Valor, Acumulación y Crisis: Ensayos de Economía Política*. Bogotá: Tercer mundo editores.
- _____. (1991a). *Competition and Exchange Rates: Theory and Empirical Evidence*. Working paper nr. 25. New York: The new school for social research.
- _____. (1999). *Real Exchange Rates and the International Mobility of Capital*. Working Paper No. 265. The Jerome Levy Economics Institute of Bard College.
- SHAIKH, A. & R. Antonopoulos (1998). Explaining Long-Term Exchange Rate Behavior in the United States and Japan (Working Paper No. 250). Annandale-on-Hudson: Jerome Levy Economics Institute.
- STOLPER, W., & Paul A. Samuelson (1942). Protection and Real Wages. *Review of Economic Studies* 9 (1): 58–73.
- SWEEZY, P. (1942). *The Theory of Capitalist Development*. New York: Monthly Review Press